



Os Sindicatos da FENPROF irão solicitar reuniões a estes municípios, promover e apoiar a constituição de comissões de professores, em cada município, para acompanhar, denunciar e combater este processo e, após as eleições legislativas de 6 de outubro, propor à Assembleia da República que se constituirá, a reversão deste processo.

Junta-te à luta!

www.fenprof.pt

O governo decidiu avançar com o processo de municipalização (sob a capa de descentralização)

MUNICIPALIZAÇÃO

**MUNICIPALIZAÇÃO:
UM ERRO QUE TERÁ
DE SER CORRIGIDO;
UM PROCESSO QUE TERÁ
DE SER REVERTIDO!**



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Junta-te à luta!

O governo decidiu avançar com o processo de municipalização (sob a capa de descentralização), impondo que, até 2021, todos os municípios terão de o integrar, a título definitivo.

A maioria dos municípios decidiu não entrar já no processo, embora 72 deles – segundo informação que consta no site da Direção-Geral da Administração Local (DGAL) – tivessem decidido aderir de imediato. Isto significa que, desde o passado dia 1 de setembro, passaram a assumir todas as competências relativas às escolas do respetivo concelho, com exceção, por enquanto, das competências relativas ao pessoal docente.

Às autarquias que agora aderiram, acrescentam as que já tinham celebrado os designados contratos interadministrativos, criados pelo governo anterior. Mantendo-os, terão entendido não aderir, para já, ao novo processo.

A FENPROF é contra a municipalização da Educação e entende que o processo agora iniciado, a não ser revertido, terá consequências muito negativas para as escolas e os seus profissionais, para a Educação e para o futuro do País.

SABIA QUE...

■ ...Nos países em que a municipalização avançou, as assimetrias na Educação agravaram-se e a qualidade do ensino baixou, sendo disso exemplo, entre outros, a Suécia, o Brasil ou os Estados Unidos da América?

■ ...Em vários países, os docentes têm salários diferentes, estabelecidos de acordo com a decisão e disponibilidade de cada município?

■ ...No Brasil, por exemplo, há famílias que deslocam os seus filhos centenas de quilómetros para encontrarem alternativa à escola municipal, inscrevendo-os em escolas públicas federais ou em colégios privados?

■ ...A Islândia entrou, pouco depois da Suécia, em processo semelhante, mas, alguns anos mais tarde, perante os problemas que surgiram, reverteu esse caminho?

■ ...Em Portugal, quando este processo teve o seu início, ainda na anterior legislatura, o governo pretendeu fixar um “número adequado” de docentes por município, prometendo o pagamento de milhares de euros à respetiva autarquia por cada professor que a mesma conseguisse reduzir abaixo daquele número?

■ ...Há municípios que ainda não entraram neste processo por entenderem que deveriam poder exercer todas as competências sobre as escolas, incluindo a seleção e gestão dos professores?

■ ...A municipalização da Educação abre portas à privatização direta ou indireta da Educação, incluindo a sua gestão?

■ ...Com este processo, desde já, todos os trabalhadores não docentes das escolas passam a ser funcionários da câmara municipal, o que inclui assistentes operacionais e administrativos, técnicos especializados e psicólogos?

■ ...Com o atual regime de gestão, a municipalização impõe uma nova tutela às escolas e agrupamentos que passam a responder perante a Câmara Municipal, em matérias que deveriam ser da responsabilidade das escolas ou têm a ver com opções de organização interna?

■ ...Até o Conselho Nacional da Educação veio alertar para este problema, considerando que a transferência de competências para os municípios “não se pode traduzir numa relação hierárquica destes sobre os órgãos de gestão das escolas”?

■ ...Defendendo PS e PSD que o regime de concursos não deverá ser nacional nem ter em conta a graduação profissional dos docentes, fica aberta uma porta para que os docentes passem a ser escolhidos pelos diretores ou pela autarquia?

■ ...O processo de flexibilidade curricular, num quadro de municipalização, permitirá às autarquias imporem opções curriculares das escolas, fazendo-as depender das disponibilidades e elegibilidades do financiamento comunitário, o que também terá implicação nos docentes em serviço nas escolas de cada município?

■ ...Os 72 municípios que, sem ouvir os professores e as escolas, decidiram entrar neste processo, ainda em 2019, são Alenquer, Alfândega da Fé, Almodôvar, Alter do Chão, Amadora, Arruda dos Vinhos, Baião, Belmonte, Bombaral, Boticas, Caminha, Cascais, Castelo de Vide, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Covilhã, Crato, Elvas, Faro, Felgueiras, Ferreira do Alentejo, Figueira da Foz, Freixo de Espada à Cinta, Gavião, Golegã, Gondomar, Idanha-a-Nova, Lagos, Lisboa, Lourinhã, Macedo de Cavaleiros, Mangualde, Matosinhos, Mealhada, Meda, Melgaço, Mesão Frio, Monção, Monchique, Montijo, Mortágua, Murça, Nazaré, Niza, Odivelas, Oliveira do Bairro, Ourique, Paredes de Coura, Peniche, Peso da Régua, Pinhel, Portel, Portimão, Proença-a-Nova, Sabrosa, Rio Maior, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sardoal, Sintra, Sousel, Tarouca, Torres Vedras, Vagos, Valença, Valongo, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Cerveira, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Terras de Bouro?

■ ... Os municípios que, até 30 de setembro, não expressaram qualquer posição contrária (ou expressaram nesse sentido) entrarão neste processo já em 2020 e os restantes, por imposição legal serão obrigados a entrar em 2021?

